PROJETO DE LEI N. 1.032105

# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

02 12 12005

#### PROGRAMA DE QUALIDADE TOTAL



# Presidência

OFÍCIO № 2037/2005-TCE-GAPRE

João Pessoa, 30 de novembro de 2005

A Divisão de Assiving a ao Plenário EM 61 / Z / OS Sec S De Gasinovo

Senhor Presidente,

EXPEDIENTE Lo 4 17

Pelo presente, tenho a honra de remeter a Vossa Excelência, em anexo, Minuta do Projeto de Lei e Justificativa de iniciativa desta Corte, por meio do qual são sugeridas alterações na Lei 5.607/92, que trata do Plano de Cargos e Carreiras do TCE-PB e reajuste da GPCEX instituída pela Lei nº 7271 de 27 de dezembro de 2002.

Confiante no apoio sempre dispensado por Vossa Excelência e por essa Augusta Assembléia às solicitações deste Tribunal, manifesto a confiança na integral aceitação e aprovação da proposta legislativa ora remetida.

Atenciosamente.

Conselheiro José Marques Mariz Presidente

Excelentíssimo Senhor Deputado Rômulo José Gouveia Presidente da Assembléia Legislativa do Estado João Pessoa – PB

Purple de Limit.032105 Devais



#### PROGRAMA DE QUALIDADE TOTAL



# Presidência

Lindo 32105 Oy

# MINUTA PROJETO DE LEI Nº 12005

Fixa os valores da Gratificação de Produtividade de Controle Externo – GPCEX, para os servidores do Tribunal de Contas do Estado, cria cargos e dá outras providências.

#### O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO:

Em cumprimento ao que estabelece o parágrafo único do art. 74 da Carta Estadual, apresento a presente Minuta de Projeto de Lei à deliberação da Augusta Assembléia Legislativa do Estado, o que se dá nos seguintes termos:

Art. 1º Os ocupantes de cargos pertencentes aos Quadros definidos no Art. 3º da Lei nº 5.607 de 26 de junho de 1992 perceberão, a partir de 1º de janeiro de 2006, a Gratificação de Produtividade de Controle Externo – GPCEX, de que trata o art. 6º da Lei nº 7.271/02, conforme os valores constantes do anexo único a esta lei.

Parágrafo único. Resolução do Tribunal definirá os critérios de concessão da Gratificação de que trata este artigo.

Art. 2º Ficam criados, no Quadro de Servidores em Comissão estabelecido na Lei nº 5.607/92, 05 (cinco) cargos de Assessor Técnico, código TC-COM-03-H.

Parágrafo único. Os cargos criados no caput deste artigo somente serão preenchidos por servidores pertencentes ao Grupo Ocupacional Controle Externo, e ficam vinculados:

- I- 02 (dois) ao Gabinete da Presidência;
- II- 03 (três) à Assessoria Técnica ASTEC.

Art. 3º Aos servidores integrantes do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado, que estavam em exercício no dia 26 de junho de 1992, e ainda permanecem em atividade, fica assegurada progressão funcional, a partir de 1º de janeiro de 2006, para o nível seguinte da classe a que pertencem.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários consignados na Lei Orçamentária Anual em favor do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2006, observadas as disposições da Lei Complementar Nacional nº 101/2000.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, João Pessoa, 30 de novembro de 2005.

Conselheiro José Marques Mariz

# RIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**P** 

PROGRAMA DE QUALIDADE TOTAL

Presidência

ANEXO ÚNICO

uaie 3/

Valores em reais

GRUPOS OCUPACIONAIS/CÓDIGOS	GPCEX
TC-EXT-02	2.500,00
TC-EXT-01	2.000,00
TC-SUP, TC-AJU e TC - ATC	1.340,00
TC-INT e TC-STAE TC-SEA-301	1.120,00
TC-BAS-01, 02, 04 e TC-SEA -302, 304, 305	820,00
TC-BAS-03 e TC-SEA-303	520,00
TC-COM-01-A	2.600,00
TC-COM-01-B, TC-COM-01-C, TC-COM-02-A e TC-COM- 02- B	1.500,00
TC-COM-03-A, TC-COM-03-B, TC-COM-03-C, TC-COM-03-D e TC-COM-03-E	1.200,00
TC-COM-03-F, TC-COM-03-G, TC-COM-03-H, TC-COM-04-A, TC-COM-04-B, TC-COM-04-C e TC-COM-04-D	1.000,00
TC-COM-04-E e TC-COM-05-A, TC-COM-05-B, TC-COM- 05-C e TC-COM-05-D	650,00
TC-COM-06-A	520,00

Junani

15 12 2005

#### TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



# PROGRAMA DE QUALIDADE TOTAL



#### MINUTA DE PROJETO DE LEI

#### JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar à vossa Excelência, para apreciação dessa Augusta Casa Legislativa, em anexo, Projeto de Lei, que fixa valores para a Gratificação de Produtividade de Controle Externo dos servidores do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

O referido Projeto tem por principal objetivo o reajuste da Gratificação de Produtividade de Controle Externo – GPCEX concedida aos servidores dos quadros permanente, suplementar e de comissão do Tribunal de Contas do Estado. A citada gratificação, instituída pela lei nº 7271 de 27 de dezembro de 2002, está atrelada aos níveis de produção do Tribunal, dos setores aos quais se vinculam os servidores, e à própria produtividade individual. É importante mencionar que, ao longo destes três anos, tal gratificação não sofreu qualquer reajuste.

A criação de cinco cargos de Assessor Técnico faz-se necessária em função da absoluta ausência de assessorias para a Presidência do Tribunal e suas Diretorias, notadamente no momento em que se encontra consolidada a gestão voltada para os princípios da qualidade total e do planejamento estratégico.

A repercussão financeira mensal total do presente Projeto de Lei é da ordem de R\$ 153.000,00 (cento e cinqüenta e três mil reais) importando em um aumento de apenas 8% (oito por cento) na folha de pagamento do TCE, o que corresponde a 0,005% da receita corrente líquida, conforme dados do último Relatório de Execução Orçamentária divulgado pelo Governo do Estado.

Importante frisar que o Tribunal de Contas mantém-se dentro dos limites estabelecidos na Lei Complementar 101/2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ante o exposto e na certeza de contar com o apoio de vossa Excelência e demais parlamentares na aprovação desta propositura, aproveito a oportunidade para renovar os votos de estima e elevada consideração aos integrantes desse Poder Legislativo.

Atenciosamente

Conselheiro José Marques Mariz

residente



# ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA CASA DE EPITÁCIO PESSOA

# SECRETARIA LEGISLATIVA



REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LESGISLATIVA DAS MATÉRIAS SUJEITAS À APRECIAÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTICA E REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS

Registro no Livro de Plenário Às fls. 32 sob o nº 1.032/05 Em 01/1/2 /2005  Pungal Mana Direto da Div. de Assessoria ao Plenário	Constou no Expediente da Sessão Ordinária do dia 02 1/2 /2005  Pl U2 9 4 Marie Div. de Assessoria ao Plenário Diretor
Remetido ao Departamento de Assistência e Controle do Processo Legislativo Em, /2005.  Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário	Remetido à Secretaria Legislativa No dia 15/1/2 /2005  Departamento de Assistência e Controle do Processo Legislativo  Publicado no Diário do Poder Legislativo
À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para indicação do Relator	no dia//2005  Secretaria Legislativa Secretário
Secretaria Legislativa Secretário	Designado como Relator o Deputado  Em 06/12/2005
Assessoramento Legislativo Técnico	Deputado Presidente
Em//2005	Apreciado pela Comissão No dia / /2005
Secretaria Legislativa Secretário	Parecer// Em// Secretaria Legislativa
Aprovado em () Turno	No ato de sua entrada na Assessoria de Plenário a Presente Propositura consta (

Funcionário

Em 01/12

/ 2005.



Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária



#### PROJETO DE LEI Nº 1032/2005.

Fixa os valores da Gratificação de produtividade de Controle Externo – GPCEX, para os Servidores do Tribunal de Contas do Estado, cria cargos e dá outras providencias.

A U T O R: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO.

RELATOR: Dep. Fausto Oliveira.

PARECER Nº 106 05

# I - RELATÓRIO

A Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária recebe para exame e parecer o **Projeto de Lei Nº 1032/2005**, do Tribunal de Contas do Estado, que tem por objetivo Fixar os valores da Gratificação de produtividade de Controle Externo – GPCEX, para os Servidores do Tribunal de Contas do Estado, cria cargos.

Instrução processual em termos. Tramitação na forma regimental.

É o relatório.



Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária

TL-WSR

### II - VOTO DO RELATOR

A proposta sugere alterações na Lei 5.607/92, que trata do Plano de Cargos e Carreiras do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e reajuste da GPCEX instituída pela Lei 7.271 de 27 de dezembro de 2002.

Diante de tais considerações, e após aprovação pela Comissão de Justiça opino pela aprovação financeira ao **Projeto de Lei n. 1032/2005**.

É o voto.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 2005.

Dep./Fausto Oliveira

Relator



Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária

TL-WSR

#### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução orçamentária vota pela aprovação financeira, do **Projeto de Lei N.** 1032/2005.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 2005.

DEP. LINDOLFO PIRES

PRESIDENT

DEP BIN FERNANDES

DEP. ARTHUR CUNHA LIMA

MEMBRO

DEP. FAUSTO OLIVEIRA

RELATIOR

DEP. GILVAN FREIRE

MEMBRO

DEP. VITAL FILHO

MEMBRO

DEP. FRANCISCA MOTTA

**MEMBRO** 

Aprovado o Rosecer em temo umos em Sassos Ordinarios restribes

em 15/12/2005.

1: Secutionis



Comissão de Constituição, Justiça e Redação.



## PROJETO DE LEI Nº 1032/2005.

Fixa os valores da Gratificação de produtividade de Controle Externo – GPCEX, para os Servidores do Tribunal de Contas do Estado, cria cargos e dá outras providencias.

A U T O R: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO.

RELATOR: Dep. JOA'S GOIUÇALUES

PARECER Nº 1037/05

### I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para exame e parecer o **Projeto de Lei Nº 1032/2005**, do Tribunal de Contas do Estado, que tem por objetivo Fixar os valores da Gratificação de produtividade de Controle Externo – GPCEX, para os Servidores do Tribunal de Contas do Estado, cria cargos.

Instrução processual em termos. Tramitação na forma regimental.

É o relatório.



Comissão de Constituição, Justiça e Redação.



#### II - VOTO DO RELATOR

A proposta sugere alterações na Lei 5.607/92, que trata do Plano de Cargos e Carreiras do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e reajuste da GPCEX instituída pela Lei 7.271 de 27 de dezembro de 2002.

Diante de tais considerações, opino pela Constitucionalidade, do Projeto de Lei n. 1032/2005, recomendando, afinal, por sua aprovação na forma original.

É o voto.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 2005.

Pelator



Comissão de Constituição, Justiça e Redação.



# III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça Redação opina pela constitucionalidade, do **Projeto de Lei N. 1032/2005**, na sua forma original.

É o parecer. Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 2005.

DEP. BOSCO CARNEIRO JUNIOR

DEP. TRÓCOLLI JÚNIOR MEMBRO

DEP. FÁBIO NOGUEIRA

MEMBRO

DEP. WITAL FILHO

**MEMBRO** 

DEP. GILVAN FREIRE

RELATOR

DEP. FREI ANASTÁCIO

**MEMBRO** 

DEP. JOÃO GONÇALVES

MEMBRO

Apreciada Pela Comissão

No Dia 13 1 121 2005

Aprovado o harecer em timos tumo em Sessas Ordinaria realizada em

15/12/2005.

3



"Casa de Epitácio Pessoa"

Oficio nº 729/2005

João Pessoa, 15 de dezembro de 2005

Senhor Governador,

Participo a Vossa Excelência o Autógrafo do Projeto de Lei nº 1.032/05 de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que "Fixa os valores da Gratificação de Produtividade de Controle Externo – GPCEX, \*para os servidores do Tribunal de Contas do Estado, cria cargos e dá outras providências".

Atenciosamente,

ر جا ما

RÔMULO JOSÉ DE GOUVEIA Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor

Dr. CÁSSIO CUNHA LIMA

GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA

"Palácio da Redenção"

Praça João Pessoa, S/N – Centro

João Pessoa/PB



"Casa de Epitácio Pessoa"

AUTÓGRAFO Nº 666/2005 PROJETO DE LEI Nº 1.032/05

> Fixa os valores da Gratificação de Produtividade de Controle Externo – GPCEX, para os servidores do Tribunal de Contas do Estado, cria cargos e dá outras providências.

# A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º Os ocupantes de cargos pertencentes aos Quadros definidos no art. 3º da Lei nº 5.607 de 26 de junho de 1992 perceberão, a partir de 1º de janeiro de 2006, a Gratificação de Produtividade de Controle Externo – GPCEX, de que trata o art. 6º da Lei 7.271/02, conforme os valores constantes do anexo único a esta Lei.

Parágrafo único – Resolução do Tribunal definirá os critérios de concessão da Gratificação de que trata este artigo.

Art. 2° Ficam criados, no Quadro de Servidores em Comissão estabelecido na Lei n° 5.607/92, 05 (cinco) cargos de Assessor Técnico código TC-COM-03-H.

Parágrafo único – Os cargos criados no caput deste artigo somente serão preenchidos por servidores pertencentes ao Grupo Ocupacional Controle Externo, e ficam vinculados:

I – 02 (dois) ao Gabinete da Presidência;
 II – 03 (três) à Assessoria Técnica – ASTEC.

- Art. 3° Aos servidores integrantes do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado, que estavam em exercício no dia 26 de junho de 1992, e ainda permanecem em atividade, fica assegurada progressão funcional, a partir de 1° de janeiro de 2006, para o nível seguinte da classe a que pertencem.
- Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários consignados na Lei Orçamentária Anual em favor do Tribunal de Contas do Estado.
- Art. 5° Esta Lei éntra em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos financeiros a partir de 1° de janeiro de 2006, observadas as disposições da Lei Complementar Nacional n° 101/2000.

Art. 6° Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa de Epitácio Pessoa", João Pessoa, 15 de dezembro de 2005.

RÔMULO JOSÉ DE GOUVEIA

Presidente